
AS 'TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS' NO MERCADO HISTORIOGRÁFICO: DO ESTRUTURALISMO AO PÓS-ESTRUTURALISMO

ROIZ, Diogo da Silva¹

Recebido em: 2011-07-10

Aprovado em: 2012-03-13

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.623

RESUMO: O objetivo deste texto será discutir as 'transferências culturais' no mercado historiográfico internacional, entre os anos de 1960 e 1980, nos 'campos intelectuais' francês, norte-americano e brasileiro, com ênfase para a maneira como ocorreu a 'recepção' e as 'apropriações' do estruturalismo e do pós-estruturalismo, pela pesquisa histórica e pela crítica literária, nestes diferentes lugares.

Palavras-chave: Estruturalismo. Pós-estruturalismo. Transferências culturais.

SUMMARY: The objective of this text will be to discuss 'cultural transfers' in the historiographical international market, among the years of 1960 and 1980, of 'intellectual fields' French, North American and Brazilian, with emphasis for the way as happened the 'reception' and the 'appropriations' of the structuralism and of the post-structuralism, for the historical research and for the literary critic, in these different places.

Keywords: Structuralism. Post-structuralism. Cultural transfers.

INTRODUÇÃO

A história da Itália é uma história policêntrica, e são disso testemunho, entre outros, as séries documentárias conservadas nos arquivos da península. Pensamos que as pesquisas micro-históricas constituem, hoje [1979], a via mais adequada para desfrutar esta extraordinária acumulação de matéria-prima. Mais adequada e mais acessível também a métodos artesanais de exploração.

Neste sentido talvez seja lícito prever, nos próximos anos, uma troca entre historiografia italiana e historiografia francesa menos desigual do que no passado, de modo a poder consolidar-se ulteriormente a cooperação (GINZBURG, 1991, p. 178).

Duas décadas depois, mostrou-se certa a análise esboçada por Carlo Ginzburg, em fins da década de 1970, sobre as trocas desiguais entre o mercado historiográfico francês e italiano, em vista da importância que ganhou a 'micro-história italiana', não apenas na França, como também em várias partes do mundo (Cf. LIMA, 2006). De modo semelhante foi o que ocorreu entre a historiografia francesa e a norte-americana (Cf. DARNTON, 1995), ou ainda, entre a historiografia francesa e a inglesa (Cf. HOBSBAWM, 1998; BURKE, 2005). Contudo, até a década de 1960, a importância da historiografia francesa para outros países era inquestionável, diante das proporções então tomadas pelo movimento dos *Annales* na historiografia internacional (Cf. DOSSE, 2003). Mas entre o auge do movimento estruturalista francês nas décadas de 1950 e 1960 (Cf. DOSSE, 2007, 2v), e o aparecimento do 'pós-estruturalismo' na década de 1970, parece ter acontecido mais do que uma mudança de ênfase e de debates, tanto no 'campo intelectual' francês, quanto no movimento dos *Annales* (Cf. DOSSE, 2001, 2003). A saída de Fernand Braudel (1902-1985), em 1968, da liderança de diferentes postos de comando do movimento dos *Annales* na França, em longo prazo, também demarcaria o início de uma derradeira queda de relevância na hegemonia obtida pelo movimento, durante décadas, na historiografia internacional (Cf. DOSSE, 1989, 2001). Tendo em vista esse panorama, o objetivo deste texto será discutir as 'transferências culturais' (Cf. SILVA, 2010) que mediarão o mercado historiográfico internacional, entre os anos de 1960 e 1980, nos

¹ UEMS/Amambai

‘campos intelectuais’: francês, norte-americano e brasileiro, com ênfase para a maneira que ocorreu a ‘recepção’ e as ‘apropriações’ do estruturalismo e do pós-estruturalismo, na pesquisa histórica e na crítica literária, nestes diferentes lugares.

Desde que o ‘fazer história’ passou a ser uma preocupação de historiadores profissionais, interessados em fazer da História também uma ‘ciência’, em meados do século XIX, tornou-se comum a produção de manuais de metodologia da pesquisa histórica, que circunstanciavam os princípios do método histórico a serem ensinados e compreendidos pelos ingressantes ao ofício de historiador (Cf. PROST, 2008). Entre os mais conhecidos estava o livro *Introdução aos estudos históricos*, de autoria de Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942), que, ao sintetizarem as regras da moderna crítica histórica, de certo modo foram também tradutores, na França, da história científica praticada na Alemanha, em especial por Leopoldo von Ranke (1795-1886) e seus seguidores, desde as primeiras décadas do século XIX, ao esboçarem o “que são e do que devem ser os estudos históricos” (LANGLOIS, SEIGNOBOS, 1946, p. 12). Originalmente publicado em 1898, o manual de Langlois e Seignobos foi traduzido em vários países, da Europa e da América Latina, servindo de base para a organização dos princípios do método histórico a muitas gerações de historiadores formados nas universidades. No entanto, os princípios do método histórico, então sintetizados por Langlois e Seignobos, e praticados pela historiografia Oitocentista, foram sistematicamente criticados pelas Ciências Sociais (que estavam em pleno processo de constituição e desenvolvimento) no início do século XX. De proporções semelhantes foram as críticas que passaram a ser efetuadas pelos historiadores em meados do século XX à historiografia metódica, em especial, após a criação da revista *Annales d’Histoire Economique et Sociale* em 1929, e que causou, de acordo com Peter Burke (1997), uma verdadeira revolução na historiografia praticada no século XX. Com isso, as obras *Apologia da história ou ofício de historiador* (2002), de Marc Bloch (1886-1944), e *Combates pela história* (1989), de Lucien Febvre (1878-1956), respectivamente publicadas em 1949 e em 1953, passaram a nortear a organização dos princípios da pesquisa histórica, dado que o movimento se institucionalizaria na França na década de 1930, quando se desloca para Paris, e após a Segunda Guerra Mundial, os procedimentos defendidos pelo grupo, tornar-se-iam hegemônicos no campo dos estudos históricos internacionais.

Daí a importância de se pensar como esses diferentes movimentos intelectuais foram lidos e apropriados tanto na França, local que os deu origem, quanto em outros países, onde a historiografia francesa serviu de base para o desenvolvimento da moderna crítica histórica, como foi o caso dos países da América Latina e do Norte. Nesse sentido, pensar as ‘transferências culturais’ que se desencadearam entre França, Estados Unidos e Brasil, é importante não apenas para demonstrar como se deram tais relações nestes diferentes ‘campos intelectuais’, como ainda indicar de que modo foram apropriados autores, obras e movimentos intelectuais. Muitos estudiosos da história da historiografia brasileira estão pesquisando este tema, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, por ser entendido como um período de transição do ‘autodidatismo’ para a profissionalização do trabalho intelectual do historiador no Brasil². Esforço significativo de pesquisa vem sendo feito por Carlos Antônio Aguirre Rojas (2003, 2003b, 2004), que em sua obra tem tido a preocupação de estudar como a historiografia francesa contribuiu para o desenvolvimento dos estudos históricos na América Latina. Do mesmo modo, Lynn Hunt (1995) e Robert Darnton (1995) têm se preocupado em estudar as relações entre a historiografia norte-americana e a francesa.

² Entre os quais, vale destacar: CARDOSO, VAINFAS, 1997; HAMBURGER; DANTES; PATY; PETITJEAN, 1996; PERRONE-MOISÉS, 2004; GUIMARÃES, 2006; ROIZ, 2007.

A HISTORIOGRAFIA FRANCESA COMO 'PARADIGMA' DA HISTORIOGRAFIA INTERNACIONAL NO SÉCULO XX

Uma maneira de descrever as realizações do grupo dos *Annales* é dizer que eles mostraram que a história econômica, social e cultural pode atingir exatamente os padrões profissionais estabelecidos por Ranke para a história política (BURKE, 1992, p. 16).

Foi com esse comentário que o historiador inglês Peter Burke, na abertura da obra coletiva *A escrita da história: novas perspectivas*, iria resumir a contribuição do movimento dos *Annales* para a historiografia produzida no século XX. Mas de modo geral, acredita-se que foi no final do século XIX, que os estudos históricos começaram a efetivamente institucionalizarem-se nas universidades européias (Cf. FURET, 1985). Sabe-se que a História é uma área do conhecimento muito antiga, mas o seu processo de desenvolvimento foi lento, e tal como a conhecemos hoje, talvez não seja anterior ao século XVIII (Cf. HARTOG, 2003, 2011). A História, enquanto disciplina tecnicamente ensinável em todos os níveis, seguiu a um processo similar, ao que passaram as 'Ciências Humanas' no século XIX, para se tornarem autônomas, por meio de um corpus documental, técnico e metodológico, com vistas a torná-las 'científicas', como as 'Ciências Exatas' e as 'Ciências Biológicas' (Cf. BERLIN, 2002, BURKE, 2002). Antes desse período as proximidades entre as áreas demonstravam não apenas indistinções nos campos do saber, sendo facilmente confundidas História e Literatura, Filosofia e Literatura, Filosofia e História; mas ainda definia a etapa para a qual seguia o processo de desenvolvimento das áreas do conhecimento na Europa e nas Américas, e também o processo de alfabetização das populações de cada país.

Assim, supõe-se que foi entre o final do século XVIII e no século XIX, com a 'escola histórica alemã', e, depois, com a 'escola metódica francesa', que a História passava a ser ensinada em todos os níveis, almejando criar a ideia de 'pátria', 'nação' e 'Estado' nos alunos (compreendidos como 'cidadãos'), e atingindo assim uma etapa relativa de autonomia, com procedimentos de análise e técnicas de pesquisa suficientemente desenvolvidas, para incluí-la entre as 'Ciências Humanas', também como uma 'ciência', ainda que peculiar (Cf. CERTEAU, 2002; FOUCAULT, 1997).

Contudo, no início do século XX, as 'Ciências Sociais' ainda eram uma novidade e os intercâmbios estabelecidos entre as disciplinas eram escassos; sendo que, na História, embora se comunicasse e mantivesse ligações com disciplinas ditas 'auxiliares', ainda não adotava corriqueiramente seus métodos e técnicas, tal como fará no decorrer do século XX (Cf. BARROS, 2004). Por isso, de acordo com Manoel Luiz Salgado Guimarães:

O pensar a história é uma das marcas do século XIX, ao longo do qual são formulados os parâmetros para um moderno tratamento do tema. O discurso historiográfico ganha foros de cientificidade num processo em que a 'disciplina' história conquista definitivamente os espaços da universidade. Nesse processo, o historiador perde o caráter de *hommes de lettres* e adquire o estatuto de pesquisador, de igual entre seus pares no mundo da produção científica. No palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. Assim, a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional (GUIMARÃES, 1988, p. 4).

Quanto a esse aspecto, do processo de 'disciplinarização' da história e do desenvolvimento de seus estudos e pesquisas, dirá Peter Burke que:

Atualmente, a escritura do que se poderia considerar história ‘legítima’ deixou de ser monopólio de historiadores profissionais, como o fora praticamente desde a época de Leopold von Ranke [historiador alemão, que viveu entre 1795 e 1886], no século 19, até aproximadamente os anos [de 19]60. Hoje somos mais pluralistas e deixamos de lado a idéia de ‘História’ no singular, com letra maiúscula, em benefício de histórias múltiplas (BURKE, 2005, p. 15).

Por outro lado, acredita-se ainda que foi diante das conseqüências da guerra Franco-prussiana de 1870, que além de se questionar o ‘espírito’ iluminista de um progresso técnico e material ‘contínuo’, criou-se um período de incertezas no povo francês, tanto que possibilitou a formação de um ‘imaginário social’ sobre a construção da nacionalidade, tornando oportuno o projeto da ‘escola metódica’ de se escrever uma história nacional, com vistas a ensiná-la em todos os níveis do aprendizado escolar (Cf. HARTOG, 2003). Assim, também, em função das guerras mundiais das primeiras décadas do século XX, pôs-se em dúvida a função social da história, tal como divulgada e ensinada pela historiografia metódica (erroneamente dita ‘positivista’, segundo José Carlos Reis³) – que privilegiava o estudo dos ‘eventos políticos’ e o papel dos ‘grandes homens’ no exercício do poder – permitindo a fundação de outra ‘escrita da história’. Foi com base nas Ciências Sociais, então em desenvolvimento, que o grupo ao redor da revista *Annales* procurou renovar o estudo do passado, por meio de uma ‘nova’ concepção de tempo histórico (REIS, 1996), que se preocupasse, não apenas em analisar eventos, mas situá-los dentro de um contexto social mais amplo, de modo a apreendê-los conjuntural e estruturalmente. Para tanto, incorporaram os avanços da lingüística e da semiótica, com os movimentos estruturalista(s) e hermenêutico(s), que abrangiam, naquele momento, várias áreas do saber, em diversos países Europeus e Americanos (RICOEUR, 1984). Os *Annales* procuraram, além disso, estudar todas as formas do agir humano, a partir de um conjunto documental mais amplo – como, dentre outras fontes: correspondências, obras literárias, censos populacionais, documentação cartorial e eclesiástica (como os registros de nascimento, casamento e óbitos) – para melhor compreender as fontes ‘oficiais’ e as sociedades do passado (BURKE, 1992).

Na história do movimento, embora repudiassem a história dos acontecimentos, voltada aos eventos políticos e construída, em parte, pela ‘escola histórica alemã’ e pela ‘escola metódica francesa’, não deixaram de aproveitar daquelas as suas contribuições à pesquisa histórica, ao refazerem diagnósticos e interpretações sobre fontes ‘oficiais’, e abrirem caminho para o estudo e a interpretação de fontes, até aquele momento, não incorporadas ao *corpus documental* do historiador (Cf. BOURDÉ, MARTIN, 1983). É sabido que as críticas sobre os ‘metódicos’ transparecem melhor do que as contribuições que deixaram, porque para se colocarem como uma alternativa, no estudo das sociedades do passado, os *Annales* acabaram por silenciar o que de profícuo foi feito pela historiografia oitocentista. De acordo com Rémond:

Para quem relê com atenção os historiadores chamados ‘positivistas’ da Universidade da primeira década da Terceira República, fica claro que seus adversários do período entre guerras algumas vezes desvirtuaram suas intenções e sua prática a fim de obter uma vitória mais fácil sobre livros cujo alcance foi artificialmente limitado. Mas enfim sabemos que a ampliação das curiosidades e aspirações provocada pelos fundadores da *École des Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, foi benéfica para a ciência histórica como um todo (2003, p. 9).

Quanto a esse aspecto, completará dizendo que:

³ Cf. REIS, 1999.

Esses avanços se operam muitas vezes em detrimento de um outro ramo, como se todo avanço devesse ser pago com algum abandono, duradouro ou passageiro, e o espírito só pudesse progredir rejeitando a herança da geração anterior. Era pois provavelmente inevitável que o desenvolvimento da história econômica ou social se fizesse às custas do declínio da história dos fatos políticos, daí em diante lançada num descrédito aparentemente definitivo (Idem, p. 13-4).

Se por um lado, a historiografia ‘metódica’ (dita ‘positivista’) fora repudiada pelos *Annales* (ainda que não de forma completa) e seus elos sejam pouco visíveis num primeiro olhar, as relações, entre a historiografia francesa, em especial à dos *Annales*, e o marxismo, aparecem também como amistosas. Marx e o marxismo sempre foram heranças difíceis de serem incorporadas nas universidades francesas. Para Eric Hobsbawm:

Nós, os marxistas ingleses, jamais tivemos grandes problemas de nos entender com os ‘annalistas’ e os ‘braudelianos’. Estávamos no mesmo projeto de modernizar a história, levando um combate para fazê-la sair da história factual, e reconhecíamos que os ‘annalistas’, a partir de Marc Bloch, tinham as mesmas intenções. No entanto, as relações entre os marxistas e os ‘annalistas’ na França eram muito mais complicadas e tensas. Apesar de [Pierre] Vilar jamais ter feito parte do Partido Comunista, havia essa espécie de conflito interno entre o marxismo francês e os ‘annalistas’, conflito esse que teria, afinal de contas, uma certa repercussão (2007, p. 137).

Mesmo trazendo questionamentos sobre a maneira de como se devia estudar as sociedades do passado, tal como fizeram e ainda faziam os ‘metódicos’ (ditos ‘positivistas’) nas primeiras décadas do século XX, por trazerem junto aos seus procedimentos metodológicos, uma ‘Filosofia da História’ com um ‘projeto político’ de transformação social, o marxismo também foi, por isso, criticado pelos *Annales*.

Por isso, imagina-se que em certos momentos precisos, de acordo com as circunstâncias sociais da época, os historiadores se reuniram para elaborar ‘novas’ propostas de interpretação, para se estudar as sociedades do passado, em função de acontecimentos traumáticos que viriam a proporcionar questionamentos diretos a seus procedimentos de pesquisa. Os historiadores, ao se reunirem com a finalidade de renovar as interpretações dos estudos históricos, procurariam elaborar projetos teórico-metodológicos pertinentes às necessidades de sua época, articulando-os em um ‘projeto político’ coerente com suas ‘visões de mundo’. Para atingirem essas metas, supõe-se que os historiadores se utilizariam de meios técnicos adequados à divulgação de idéias. Durante o final do século XIX e parte do XX, no campo dos estudos históricos, os historiadores procuravam, a partir de jornais, revistas, teses e artigos, divulgarem ‘novos’ problemas, idéias e alternativas aos problemas circunstanciados em seu ofício profissional. Em alguns casos se favorecendo de posições ocupadas em instituições de ensino e pesquisa. Com isso, os historiadores falariam de um ‘lugar social’ preciso, por meio de uma ‘prática’ de pesquisa específica, e de acordo com uma ‘escrita’ peculiar (CERTEAU, 2002). Portanto, dirigir-se-iam não apenas aos seus ‘pares’, mas ao redor das Ciências Humanas, local onde buscariam um reconhecimento categórico de suas preposições, e aspirariam uma divulgação que passaria entre os ‘intelectuais’, e iria até o ‘grande público’.

Nesse sentido, discute-se que em cada momento, de acordo com as circunstâncias históricas, os historiadores enfatizariam certos tipos de temas e de abordagens e não outros. Assim, do tempo curto e rápido, quase efêmero, utilizado, em especial, pela ‘escola metódica’, por não conseguir mais explicar as sociedades, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, enfatizou-se, em seu lugar, uma abordagem estrutural sobre as conjunturas e os acontecimentos. Quando aquela abordagem atingiu um consenso relativo entre os pares, um outro conjunto de questionamentos passava a habitar o campo dos estudos históricos. A partir de enfoques culturais, analisando a ação e a dinâmica de grupos, nos anos de

1960 e 70, passava-se a questionar aquela hegemonia alcançada pela abordagem estrutural, fazendo com que nos anos de 1980 reaparecesse a história dos acontecimentos, fundamentalmente, por que a história havia perdido a sua função social de guardiã da ‘memória coletiva’ (onde os historiadores construíam os acontecimentos, por meio de uma análise sobre as fontes) para os meios de comunicação de massa, que se expandiriam a ponto de atingirem todo o globo. Ressalta-se, desse modo, que enquanto no século XIX houve o predomínio de uma abordagem fundamentada na história política e diplomática, com ênfase no papel dos ‘grandes homens’, a partir de uma análise dos acontecimentos inquiridos nas fontes ‘oficiais’, vir-se-ia entre as décadas de 1930 e 1940 a dar maior atenção à história econômica e social, em função de sua abordagem estrutural dos objetos e das fontes. E a partir dos anos de 1960 e 70, em função dos desdobramentos de ‘movimentos estudantis’, ‘étnicos’, ‘feministas’ e ‘homossexuais’, novamente houve uma renovação nos procedimentos da pesquisa histórica, e um questionamento dos anteriores, enfatizando-se, no lugar dos quadros sócio-econômicos, as transformações e permanências culturais das sociedades e dos grupos sociais.

Se ainda hoje se ressalta os méritos do grupo em torno da revista *Annales*, que surgiu naquele contexto, foi, em parte, pelo sucesso que obtiveram depois da Segunda Guerra Mundial, em função do conjunto de métodos, problemas e fontes propostos ao campo de pesquisa histórica, quando renovaram intercâmbios entre a História e as Ciências Sociais, por meio de inovações quanto à interpretação do ‘tempo histórico’ (REIS, 2000, p. 28-29). De uma abordagem ‘acontecimental’, voltada para os fatos que irrompem em curto espaço de tempo, antes praticada para estudar homens (que ocupavam funções de destaque nas instituições que circunscreviam o Estado ou a Igreja) e sociedades, passou-se a rastrear movimentos duradouros, por meio de uma abordagem estrutural. Por esse e outros motivos, que os *Annales*, foram posteriormente interpretados como uma das grandes contribuições, na época, para a pesquisa histórica. Todavia, se as contribuições que envolvem a ‘escola dos *Annales*’ em suas diversas fases é notoriamente observada, ainda é muito pouco investigada as ‘transferências culturais’ que se deram entre o movimento dos *Annales* na França, com os ‘campos intelectuais’ de outros países.

AS TROCAS NO MERCADO HISTORIOGRÁFICO: AS ‘TRANSFERÊNCIAS CULTURAIS’ ENTRE FRANÇA E ESTADOS UNIDOS

Por certo, assim como outras historiografias nacionais, a historiografia norte-americana manteve, durante décadas, uma relação desigual no mercado historiográfico internacional, com a historiografia francesa. Isso não quer dizer que a historiografia norte-americana, como qualquer outra, fosse meramente ‘receptora’ de inovações no campo historiográfico, haja vista que as ‘transferências culturais’ são sempre dinâmicas, as relações que se estabelecem não são estáticas, e o que se recebe e é ‘apropriado’ de um lugar para outro, sempre ganha proporções diferentes, algumas vezes distorcidas, com relação a seu lugar de origem. O que indica, portanto, que os ‘contextos sociais’ em que autores, obras e movimentos são apropriados (em diferentes lugares), são consideravelmente distintos dos contextos que os deram origem.

Se até a década de 1960 as ‘transferências culturais’ entre a historiografia norte-americana e a francesa foram desiguais, mais demonstrando uma relação de dependência, do que uma troca recíproca, da primeira com a segunda, a partir da década de 1970, quando o estruturalismo francês passa a ser veementemente criticado, e em seu lugar ganha espaço o pós-estruturalismo, em ambos os países, parece que tais relações também ganham novos contornos. Primeiro, por que o movimento dos *Annales* muda significativamente suas orientações, com a saída de Fernand Braudel dos cargos dirigentes, inclusive do periódico. Segundo, também em função deste primeiro ponto, a historiografia francesa se torna mais aberta a intercâmbios com outras historiografias, que até então se estabelecia numa relação desigual no

mercado historiográfico, em função da importância atribuída à história econômica e social, preconizada por Braudel e seus herdeiros naquele período (Cf. SILVA, 2002).

Se ‘crise’ e ‘inovação’ andam juntas quando o assunto diz respeito às formas de ‘escrita da história’ e aos projetos sociais dos historiadores, no século passado essas metamorfoses foram, quase sempre, constantes. A partir dos anos 1960, em vista dos questionamentos do ‘estruturalismo’ e, depois, do ‘pós-estruturalismo’ e da ‘guinada lingüística’, houve verdadeiramente um movimento global, embora não totalmente articulado, de reflexões sobre a ‘escritura da história’, de questionamentos sobre os fundamentos da pesquisa histórica, quanto à verdade, a prova, a comprovação, a objetividade, as fontes e os métodos, que, invariavelmente, proporcionaram um acirrado debate sobre a função social desempenhada pelo próprio historiador no interior da sociedade. Em função desta ‘crise de consciência histórica’, as formas de apresentação do passado, além de serem revisitadas, também proporcionaram ‘inovações’ sobre a maneira de inquirir os objetos, que tanto à ‘História das Mentalidades’ (e a ‘Nova História Cultural’) francesa, a ‘Micro-história’ italiana, a ‘Nova História Social’ britânica, a ‘Antropologia Histórica’ norte-americana e a ‘História do Cotidiano’ alemã proporcionaram exemplos emblemáticos.

É justamente no interior desses debates que se inscreve o texto de José Antônio Vasconcelos (2005), ao estudar a ‘ameaça do pós-modernismo na historiografia americana’, por meio de uma análise pormenorizada da revista *American Historical Review* nos anos de 1980, quando houve um auge dessas discussões em suas páginas, em que participaram ativamente David Harlan (mas nem por isso foi menos importante as contribuições, que apareceram em menor proporção em suas páginas, de Hayden White, Dominick LaCapra, Lawrence Stone e Carlo Ginzburg), com um texto de 1989 que inspirou parte destes debates, com as respostas de David Hollinger, Joyce Appleby, Allan Megill, Russell Jacoby, entre outros, contrários as críticas de Harlan a pesquisa histórica, e a forma como o pós-modernismo e o pós-estruturalismo, utilizados por este, lhe serviram de base para questionar a possibilidade de produção do ‘conhecimento histórico’ e da ‘verdade’. De imediato, vale destacar que apesar de demonstrar todos os pontos desse intenso diálogo, Vasconcelos também se mostrará contrário a maior parte dos argumentos de Harlan, e as posições do ‘pós-modernismo’, do ‘pós-estruturalismo’ e do ‘novo historicismo’ a pesquisa e a escrita da história.

Nesse sentido, o autor move-se entre a difícil tensão empreendida pelos debates contemporâneos, para os quais os fundamentos de um contexto, de uma realidade histórica ‘extratextual’ fixada no passado, não passariam de um engodo no qual os historiadores se pautariam para conduzirem sua narrativa, que, na verdade, ‘inventaria os enredos’, dando novos sentidos para o contexto histórico passado, a partir de uma construção mais ‘imaginativa’, do que ‘científica’. E é precisamente sobre essa assertiva, que o autor esmiuçaria duas tendências pós-modernistas, “a submersão da história na literatura e o apagamento da diferença entre texto e contexto” (VASCONCELOS, 2005, p. 14), as quais têm efetuado as críticas mais contundentes ao ofício de historiador e a forma como estes escrevem a história. Para demonstrar seu argumento, o autor retomaria o caminho que daria base ao texto de Harlan em 1989. Não é por acaso, que revê os textos de William Bowsma de 1980, de John Toews de 1987 e de David Harlan de 1989. Para ele, além de voltar aos pontos dos textos anteriores, com o apoio das interpretações de Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida e Gilles Deleuze, Harlan iria criticar o ‘contextualismo lingüístico’ inglês⁴ de John Pocock e Quentin Skinner, e os usos que foram feitos desses autores na historiografia norte-americana. De igual modo, sua análise também provocou as indagações de David Hollinger, Joyce

⁴ O ‘contextualismo’ é normalmente visto como uma linha investigativa que daria maior atenção ao contexto, do que ao texto, e aos seus processos de produção, que mais estariam imersos à época, do que a originalidade e inovações dos autores. Na Inglaterra, seus principais representantes são Quentin Skinner e John Pocock, que a partir dos anos de 1960 começaram a produção de suas principais obras. Para maior detalhamento desta questão, ver: POCOCK, 2003; SKINNER, 2005.

Appleby, Russel Jacoby, Allan Megill, entre outros, e que foram publicadas nas páginas da *American Historical Review*⁵, suscitando um intenso debate sobre essas questões nos anos de 1980 nos EUA.

Para demarcar melhor essas questões, o autor resume alguns momentos da história da historiografia norte-americana do século XX, com vistas a definir o contexto de produção de obras e dos debates. Para ele:

[...] contrariamente a muitas interpretações hostis à obra de White, este jamais negou enfaticamente que História e Literatura fossem campos distintos. Pelo contrário [...]. Mas o fato é que, em suas análises White realmente tornou imprecisas as fronteiras que distinguem *fato* histórico e *ficção* literária, além de confundir os leitores não familiarizados com o vocabulário específico da Teoria Literária. Outros autores, porém, como é o caso de Dominick LaCapra, censuram-no exatamente pelo contrário, por ele não ter avançado o suficiente em sua crítica aos padrões tradicionais da escrita Historiográfica. (p. 56-7) [...] Embora Hayden White e Dominick LaCapra sejam provavelmente os historiadores americanos mais representativos dentre aqueles que buscaram teorizar o impacto da virada lingüística no âmbito da História nos anos 1980, sua influência fora de seu campo de especialidade – a História Intelectual – foi relativamente modesta. A maioria dos periódicos nos quais figuram textos desses autores, como *History and theory*, *New Literary History*, *Diacritics* e *Critical Inquiry*, pertencem às áreas de Filosofia e de estudos literários, não de historiografia. A publicação de uma série de textos teóricos de historiadores intelectuais na *American Historical Review*, publicação periódica da mais importante associação de profissionais de História nos Estados Unidos, ao final da década de 1980, representou, portanto, uma notável ruptura em relação à situação de marginalização a que, até então, a História Intelectual estava sendo relegada dentro da disciplina histórica (Idem, p. 60-1).

Dentre as questões mais relevantes que o ‘pós-modernismo’ trouxe para os debates evidenciados nas páginas desse periódico, estiveram: a) “a *narrativa* como entrecruzamento das disciplinas História, Literatura e Filosofia”; b) “a relação texto/contexto, e, intimamente associada a esta”; c) e “o problema da referência histórica [os fragmentos do passado, suas fontes e sua produção e uso], seu alcance, seus limites e sua relevância para o trabalho do historiador” (Idem, p. 74). Mas o que foi o ‘pós-modernismo’? Não deixando de lado essa indagação, preocupou-se em identificar suas principais características, normalmente ligadas com a crítica às ‘metanarrativas’ (tal como a entendeu Jean-François Lyotard, como projetos e filosofias da história que pretendiam programar os caminhos a serem seguidos pela humanidade, e que na modernidade tem suas raízes nos ideais iluministas de progresso linear e contínuo), sem deixar de lado as aproximações que são dele feitas com o ‘pós-estruturalismo’, a ‘antropologia cultural’ e o ‘novo historicismo’, mas com o objetivo de demarcar suas diferenças e as especificidades de cada um, em relação as suas críticas à pesquisa e a escrita da história. Para ele, o pós-estruturalismo, ao rever a idéia de sujeito teria demonstrado o potencial das estruturas sobre sua ação. A antropologia cultural revisitou a idéia de cultura e os seus processos de formação. E o novo historicismo reagiu à idéia de documento e aos usos ‘tradicionais’ que a pesquisa histórica fez dele.

Dito isto, o autor passou a verificar qual a leitura que David Harlan fez da obra de Jacques Derrida, e tendo em vista sua abordagem ‘desconstrutivista’ sobre texto e contexto, Harlan acabou efetuando uma verdadeira reconstrução desta abordagem para compor suas críticas ao uso do contexto, na abordagem ‘contextualista’ e aos seus usos nos Estados Unidos. Diante do que, o autor também reconstruiu a forma como este entendeu o ‘pós-modernismo’, o ‘pós-estruturalismo’, a ‘antropologia

⁵ Criada, em 1884, pela Associação Histórica Americana (AHA), esta revista além de se confundir “com a própria história da profissionalização do historiador nos Estados Unidos”(Idem, p. 53) e ter um cunho de pesquisas eminentemente empíricas em suas páginas, nos anos 1980 houve uma verdadeira virada em seu direcionamento, ao ser palco também de discussões teóricas, que até então se centravam mais na revista *History and theory* – o que, para o autor, justificaria duplamente a escolha do objeto. Primeiro, em função do impacto que os debates ‘pós-modernos’ produziram sobre a publicação rotineira de seus textos. Depois, pela própria especificidade com que o periódico sintetizou parte daquelas discussões, efetuadas nos Estados Unidos.

cultural' e o 'novo historicismo', em seu artigo de 1989: *A História Intelectual e o retorno da Literatura*. E de que maneira seu texto foi recebido e interpretado. Para ele:

[...] os críticos de Harlan e das vertentes pós-moderna e pós-estruturalista, como Hollinger, Appleby, Himmelfarb e Jacoby, por mais que tenham seus momentos de aguçada sensibilidade, não são capazes de dar respostas diretas e substantivas às questões teóricas levantadas no artigo de Harlan. É possível que tais respostas nem mesmo existam ou possam ser concebíveis. Mas creio que o maior entrave na análise desses autores seja seu apego a uma concepção cientificista da pesquisa histórica que é colocada em xeque pelos pós-modernistas e pós-estruturalistas (Idem, p. 222).

De acordo com o autor, ainda que consideremos a abordagem de Harlan substancial em alguns pontos, seus contornos levam a identificar suas fragilidades, seja no uso dos procedimentos e da exposição, seja nas conclusões subordinando a História à Literatura, e do 'contexto' mais como uma construção imaginativa, do que como uma realidade 'extratextual'. Por outro lado:

O contato de historiadores com autores pós-modernistas, pós-estruturalistas, antropólogos e críticos literários certamente trouxe grandes desafios aos modelos tradicionais de escrita historiográfica. Tais desafios têm sido tratados com seriedade, mesmo por muitos historiadores avessos a essas tendências, que encaram as discussões teóricas como uma oportunidade de reavaliar os procedimentos metodológicos de sua disciplina. Entretanto, os problemas que têm sido levantados nessas discussões ultrapassam em muito qualquer solução derivada da prática de pesquisa. As questões no debate em torno do artigo de Harlan, por exemplo, remetiam-se à natureza do acontecimento histórico e apontavam para a possibilidade de obscurecimento da distinção entre História e Literatura. Era a própria identidade do profissional de História – e com ela os graus acadêmicos e posições de prestígio – que estava sendo colocada em xeque por um lado, e, de outro, defendida ardorosamente [por seus opositores, em suas respostas] (Idem, p. 235).

Desse modo, este livro apresenta os diferentes momentos deste debate na historiografia norte-americana, por meio da apreensão das discussões efetuadas nas páginas da *American Historical Review* na década de 1980. A partir das contribuições de David Harlan, o autor demonstra quais as principais características do 'pós-modernismo', e suas diferenças e aproximações com o 'estruturalismo', o 'pós-estruturalismo', a 'antropologia cultural', o 'novo historicismo' e a 'guinada lingüística'. Mais do que apenas recompor os diferentes contextos e debates, o autor estabelece os contatos estabelecidos entre os textos, de acordo com suas predisposições teóricas, conceituais e metodológicas.

Neste aspecto, é importante frisar como demonstrou as leituras de Harlan sobre as obras de Foucault, Barthes, Derrida e Deleuze, instrumentalizando-as para criticar a abordagem 'contextualista' produzida na Inglaterra (especialmente por Quentin Skinner e John Pocock) e a sua recepção nos Estados Unidos. Mais importante do que informar as respostas que o texto recebeu, principalmente dos historiadores, veio a ser o modo mais complexo e criativo com que historiadores e cientistas sociais passaram a observar a produção e a relação entre 'texto' e 'contexto', além de redefinirem as fronteiras entre História e Literatura.

No entanto, o que o livro ganha em análise teórica e interpretativa dos 'textos', perde em informação pormenorizada dos 'contextos', em meio aos quais, um diálogo com a obra de François Cusset (2008), que trata da *Filosofia Francesa*, teria sido consideravelmente oportuna e enriquecedora em sua abordagem do tema, na medida em que Cusset demonstra como houve a recepção da 'filosofia francesa' nos Estados Unidos, com destaque para o 'estruturalismo' e o 'pós-estruturalismo', nas universidades, departamentos, revistas e nas traduções de obras e autores. Este detalhe, contudo, não diminui a contribuição do autor para a compreensão deste debate ainda muito atual na historiografia norte-americana, e mais oportuno na brasileira, em função de grande parte dos autores comentados não terem

suas obras aqui traduzidas e serem muito pouco conhecidos entre nós. De igual modo, resume as contendas entre a historiografia francesa e a norte-americana, no período em destaque, e quais as leituras que foram efetuadas do estruturalismo e do pós-estruturalismo.

DO CENTRO A PERIFERIA: O QUE SE GANHA E O QUE SE PERDE

Ronaldo Vainfas (1997) acredita que as mudanças nos estudos históricos ocorreram em função da recepção tardia no Brasil da ‘Nova História’ francesa, e as tensões causadas pelo regime militar brasileiro. Segundo ele, a demora na recepção da ‘Nova História’ no Brasil foi causada pelas limitações nos intercâmbios intelectuais, propiciadas pelo regime militar. A ‘Nova História’ foi introduzida apenas quando o regime militar estava entrando no apogeu. Sob o regime ocorreu um tipo de constrangimento nas ‘Ciências Humanas’ e na própria política editorial do país, evitando inovações temáticas. Assim, as universidades ficaram confinadas em um tipo de gueto de resistência ao regime, ainda que este procurasse eliminar os diversos tipos de ‘marxismos’ disponíveis, sobretudo nos cursos de História. Por isso, as temáticas pesquisadas e as publicações de fins da década de 1970 foram, basicamente, as do movimento ‘operário’ e da ‘revolução’, além daquelas com abordagens sociais e econômicas, matéria, que segundo Vainfas, despertava enorme interesse na época. Também deve ser levado em consideração que, no período em questão, os cursos de pós-graduação em História estavam apenas começando no Brasil, e, naquele momento, a produção era quase incipiente, o que reduzia os esforços para a recepção de uma historiografia atualizada em escala nacional. Também corrobora com esta análise a interpretação de Alberto Aggio (1999), que se pautando sobre a maneira como as obras de Antônio Gramsci foram recebidas e apropriadas no Brasil, entre as décadas de 1960 e 1980, destaca também que justamente durante o regime militar é que se estabeleceu uma maior apreciação daquele estudioso marxista, como ainda de vários outros autores marxistas. Para Francisco José Calazans Falcon:

Para uma parte dos anos 1950 e ao lado da década de 60, tradição e inovação constituem os pólos da prática historiadora. Do lado da renovação estavam o prestígio cada dia maior da Escola dos Annales e a influência da perspectiva teórica marxista, numa espécie de simbiose onde se acoplavam as citações de textos de M. Bloch, L. Febvre e F. Braudel às de Marx e Engels e seus epígonos. A tradição, porém, continuou solidamente implantada em termos institucionais e, salvo raras exceções, era quem ditava currículos e leituras na esfera da graduação em História (1996, p. 9).

Foi justamente nesse contexto que teve êxito e repercussão as interpretações de Althusser e Polantzas, por perceberem as circunstâncias em que as classes se fracionavam e em que medida o Estado se utilizava de seus aparelhos para projetar suas ideologias e sua dominação às massas (Cf. MORAES, 2007). Ao mesmo tempo, a leitura de Pierre Bourdieu e Passeron sobre o sistema de ensino foi ganhando terreno, na medida em que se inspirando nas interpretações de Althusser, estes a converteram numa leitura bastante original do sistema de ensino francês e a maneira como aqueles instrumentos estatais e ideológicos eram postos em prática, com vistas à manutenção do poder, o que nem por isso impedia a ascensão de outras camadas sociais, por meio do ensino. Ao contrário do que ocorria nos Estados Unidos, portanto, que se apoiavam em autores como Foucault, Barthes, Derrida, Lacan, dentre outros, que inspirariam a virada linguística naquele país, no Brasil, em função das circunstâncias peculiares do Regime Militar, além de ser tardia a recepção desses autores, por também serem críticos dos sistemas de dominação (o que explica que parte da obra de Bourdieu só tenha sido recentemente traduzida no país), a apropriação subterrânea que o marxismo foi obtendo entre as universidades, e em vista da qual foi

propicia as interpretações de Althusser, Polantzas, Bourdieu e Passeron, indicadas acima. Portanto, enquanto o estruturalismo estava sendo criticado na França, e revisto nos Estados Unidos em vista da virada linguística, no Brasil se iniciava em fins dos anos de 1970 e nos de 1980 o princípio da introdução daquela historiografia.

Desse modo, o debate entre historiadores brasileiros e franceses permaneceu intenso durante todo esse período, seja por meio da colaboração com artigos, ou de comentários de obras e autores via resenhas, tanto escritas por professores brasileiros, assim como por estrangeiros. Mas, a partir dos anos de 1990, em função do crescimento da produção e de outros programas no país, tal hegemonia será cada vez mais insustentável, o que explicará, em parte, a abertura para outras historiografias, ocasionando, mesmo que tardiamente, a tradução de obras e autores, até aquele momento praticamente ignorados na produção nacional (a exemplo de Jörn Rusen, Reinhart Koselleck, e da historiografia alemã).

Portanto, os espaços de discussões que se criaram desde então – e que teve a sua base na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo nos anos de 1930 – não apenas coordenam instituições de ensino e pesquisa, órgãos de financiamento e associações, como divulgam uma parte significativa do que existe de mais atual, no que se refere aos procedimentos de pesquisa e a bibliografia mais adequada a cada situação e objeto. Para tanto, também eles vindos de ‘gerações’ anteriores de intelectuais, tiveram que criar as suas próprias ‘tradições’⁶. Sendo uma delas, e a não menos importante, a relação entre historiografia brasileira e historiografia francesa, por meio dos intercâmbios estabelecidos já nos anos de 1930 (e mesmo antes) com aqueles professores, principalmente franceses, que ajudaram a fundar o curso de Geografia e História da FFCL/USP. Por outro lado, esse empreendimento, se deve também ao processo de tradução e divulgação (em teses, artigos, resenhas e congressos) de obras de autores, que ou fazem parte do círculo (hoje não tão restrito) de intelectuais ao redor da revista *Annales*. Nesse sentido, semelhante à abertura que ocorreu na historiografia francesa, a partir dos anos 80, foi a que ocorreu na historiografia brasileira, a partir do final dos anos 90, embora, evidentemente, as peculiaridades de cada caso, sejam também notórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três espaços diferentes de recepção do estruturalismo e do pós-estruturalismo, as ‘transferências culturais’ que se deram entre a historiografia francesa, norte-americana e brasileira, entre os anos de 1960 e 1980 revelam de forma contundente modos peculiares de apropriação destas contendas teóricas e metodológicas nas respectivas historiografias.

A historiografia francesa demonstraria um momento de abertura para outras teorias e metodologias, ao mesmo tempo em que se iniciaria a percepção de uma derrocada brusca do movimento dos *Annales* na historiografia internacional. A historiografia norte-americana ao se apropriar do estruturalismo e do pós-estruturalismo francês, reconfigurou suas demandas na crítica literária e filosófica, e plasmou a ‘virada linguística’, cujos efeitos na própria historiografia francesa seriam igualmente contundentes. A historiografia brasileira, vivendo o auge do regime militar, apreenderia o estruturalismo como modelo explicativo dos desajustes do sistema político e econômico, demonstrando a reprodução do

⁶ Para citar apenas um exemplo, ver o artigo de Maria H. R. Capelato, Raquel Glezer & Vera L. A. Ferlini que estudaram a formação de professores historiadores no curso de História de 1934 a 1993, a partir de três fases complementares: a) os formadores foram os primeiros professores historiadores do curso, que formaram as primeiras turmas, quando ainda estava ligado ao curso de Geografia; b) a primeira geração de professores historiadores formados na Universidade, entre 1951 e 1973, quando foram defendidas teses de doutorado e mestrado, orientadas pelos formadores, ainda no “antigo regime” da pós-graduação; c) e a segunda geração, entre 1971 e 1993, houve a participação de professores historiadores da primeira e da segunda geração na formação de professores pesquisadores na área de História, no sistema atual de pós-graduação. CAPELATO, GLEZER, FERLINI, 1994.

sistema educacional e cultural como estratégia central do regime político. Não estando a par das mudanças no momento preciso em que se processavam, a historiografia brasileira se apropriaria tanto do estruturalismo quanto do pós-estruturalismo, não no seu momento de auge, mas justamente quando estavam em amplo declínio na França e nos Estados Unidos. Não surpreende, portanto, o fato da constante importância dessas historiografias para a nacional, mesmo no auge do regime, como vimos acima, circunstanciando as obras e suas traduções no país.

Nesse sentido, conformando três temporalidades distintas de formação e de apropriação desses modelos historiográficos de análise do passado, o estruturalismo e o pós-estruturalismo foram lidos e reconfigurados nesses diferentes espaços, em meio aos contextos específicos de cada local, que o apropriou para justificar suas leituras do passado e para compreender as circunstâncias que deflagaram tal presente e não outro.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. **Pensamento político e estratégias democráticas na América Latina**. Tese de livre docência em História, FHDSS/UNESP, 1999.

AGUIRRE ROJAS, C. A. **Fernand Braudel e as ciências Humanas**. Trad. de Jurandir Malerba. Londrina: Eduel, 2003a.

_____. **Braudel, o mundo e o Brasil**. Trad. de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Ed.Cortez, 2003b.

_____. **Uma história dos Annales (1921-2001)**. Trad. de Jurandir Malerba. Maringá: Eduem, 2004.

BARROS, J. A. **Os campos da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BERLIN, I. **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLOCH, M. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDÉ, G. & MARTIN, H. **As Escolas Históricas**. Portugal: Public. Europa/América, 1983.

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Edunesp, 1997.

_____. **História e teoria social**. Trad. de Klauss Brandini Gerhard & Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Edunesp, 2002.

_____. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

_____. **Variedades de história cultural**. Trad. de Alda Porto. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O que é história cultural?** Trad. de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. Pintores como historiadores na Europa do século 19. In: MARTINS, J. S. (org.) **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Baurur/SP: Edusc, 2005, pp. 15-32.

- CAPELATO, M. H. R., GLEZER, R. & FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de História. **Revista Estudos Avançados**, 8(22): 349-358, 1994.
- CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, M. **A escrita da História**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.
- COHEN, A.; CONGOST, R. & LUNA, P. F. (org.) **Pierre Vilar**. Uma história total, uma história em construção. Bauru/SP: Edusc, 2007.
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: Mídia, cultura e revolução. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. O campo do signo (v. 1); O canto do cisne (v. 2). Trad. de Álvaro Cabral. Bauru/SP: Edusc, 2007, 2v.
- _____. **A História em Migalhas**. Dos Annales à Nova História. São Paulo: Edusc, 2003.
- _____. **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edunesp, 2001.
- _____. O novo traje do presidente Braudel In: **A história à prova do tempo**. Da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Edunesp, 2001, p. 151-172.
- _____. Os herdeiros divididos. In: LACOSTE, I. (org.) **Ler Braudel**. Trad. de Beatriz Sidou. Campinas: Papirus, 1989, pp. 161-174.
- FALCON, F. J. C. A identidade do historiador. **Revista Estudos Históricos**. 9(17): 7-30, 1996.
- FEBVRE, L. **Combates pela História**. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FURET, F. **A oficina da História**. Trad. de Adriano Duarte Rodrigues. Portugal: Gradiva, 1985.
- GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Trad. de António Narino. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1991.
- GUIMARÃES, M. L. S. (org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras, 2006.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, RJ/FGV, v. 1, n. 1, 1988, pp. 4-28.
- HAMBURGER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M. & PETITJEAN, P. (org.) **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp; FAPESP, 1996.
- HOBBSAWM, E. **Sobre História**: ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. SP: Cia das Letras, 1998.
- _____. Debates I. In: COHEN, A.; CONGOST, R. & LUNA, P. F. (org.) **Pierre Vilar**. Uma história total, uma história em construção. Bauru/SP: Edusc, 2007.
- HUNT, L. (org.) **A nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luís Camargo. SP: Martins Fontes, 1995.
- HARTOG, F. **O século XIX e a história**: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

_____. **Evidência da História**: o que os historiadores vêem. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira; Jaime Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LANGLOIS, C. H. V. & SEIGNOBOS, C. H. **Introdução aos estudos históricos**. SP: Renascença, 1946.

LIMA, H. E. **A micro-história italiana**: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORAES, J. Q. (org.) **História do marxismo no Brasil**. 2ª Ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.

PERRONE-MOISÉS, L. (org.) **Do positivismo à desconstrução**. Idéias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.

POCOCK, J. C. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

REIS, J. C. **Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais**. Londrina: Eduel, 2003.

_____. **Annales**: a renovação da história. Belo Horizonte: Ed. Ufop, 1996.

_____. **Escola dos Annales**. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, R. (org.) **Por uma história política**. Trad. de Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RICOEUR, P. **O conflito das interpretações**. Ensaios de hermenêutica. Trad. de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1984.

ROIZ, D. S. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Revista Ágora**, Unisc, v. 13, n. 1, 2007, pp. 65-104.

SILVA, H. R. **Fragmentos da história intelectual**. Campinas: Papyrus, 2002.

_____. Transferência de saberes: modalidades e possibilidades. **História: questões e debates**, UFPR, n. 53, 2010, p. 203-228.

SKINNER, Q. **Visões da política: questões metodológicas**. Trad. de João Pedro George. Portugal: Difel, 2005.